



---

ÁREA TEMÁTICA: Tecnologia, Risco e Território

---

DA CONFIGURAÇÃO URBANA AO ESPAÇO POLÍTICO. A “crise urbana” e a especialização de um espaço político autônomo no Distrito Federal (DF, Brasil)

---

ROCHA, Daniella de Castro

Doutora Sociologia

EHESS-Paris, Université d’Evry

daniella.decastrorocha@gmail.com

---

### Resumo

A constituição, no DF, de um espaço político próprio, tardiamente institucionalizado (meados dos anos 80) está estreitamente relacionada à singularidade da configuração social na qual ele emergiu. Durante sua história, Brasília superou sua vocação burocrática original e se desenvolveu de forma complexa, face sobretudo à chegada contínua de fluxos migratórios assimétricos. Limitada a princípios urbanísticos rígidos, ela deu origem a numerosas ramificações, e uma forte hierarquização se estabeleceu entre as cidades satélites que lhe circundam (as mais periféricas sob a forma de enclaves de pobreza). A diferenciação do espaço político brasileiro constitui um desdobramento deste processo ambivalente de expansão urbana. Sustentamos a hipótese de que sua especialização, em plena redemocratização, decorre de um contexto social específico: o da agravação da crise urbana relativa à distribuição do território no DF. O objetivo dessa comunicação é de restituir as modalidades pelas quais esse espaço político emergiu (suas condições de possibilidade, entendidas como condições estruturantes) e de analisar o desenvolvimento paradoxal que ele supôs.

Palavras-chave: Brasília, Distrito Federal, Brasil espaço político, configuração urbana,





Daniella de Castro Rocha<sup>i</sup>

## Da configuração urbana ao espaço político:

### a “crise urbana” e a difícil estabilização de um espaço político específico no Distrito Federal (DF, Brasil)

De maneira geral, o espaço político brasileiro e, mais precisamente, as dimensões específicas da vida política da “região<sup>ii</sup> Distrito Federal” (DF) suscitaram pouca curiosidade no meio científico. À parte algumas exceções<sup>iii</sup>, as pesquisas acadêmicas dedicadas à política em Brasília, tratam quase que invariavelmente da condição da capital como sede oficial e cenário de enfrentamentos entre atores políticos nacionais no seio do Congresso Nacional ou do Executivo Federal (Teixeira, 1998; Schmidt, 1985; Bezerra, 2004). E portanto, justamente em razão dessa condição de capital da República, Brasília ativa uma fronteira marcante entre dois espaços políticos distintos, entre os quais o mais visível é sem dúvida aquele definido por interesses nacionais e formado pelos grandes personagens políticos do país. Um “espaço político nacional” que, apesar de sua grande amplitude em termos decisórios, midiáticos e simbólicos, constitui-se em Brasília de forma particularmente delimitada nos planos espacial e temporal. Circunscrito, espacialmente, aos grandes conjuntos arquiteturais concebidos por Oscar Niemayer, destinados às sedes oficiais do governo e do parlamento, esse espaço encontra-se em grande parte limitado temporalmente aos três dias hebdomadários de trabalho político propriamente institucional das elites políticas “de passagem” por Brasília que, todas as semanas, de retorno de seus “territórios políticos” de origem<sup>iv</sup>, instalam-se, de terça à quinta-feira, em seus gabinetes.

E, no entanto, paralelamente a esse espaço político “desterritorializado”, Brasília comporta um espaço político muitas vezes esquecido pelos especialistas políticos e mídias nacionais. Em uma parte menos central do chamado “Eixo Monumental”<sup>v</sup> está representado um “espaço político regional”, onde se encontra o “Palácio do Buriti” e onde se encontram atores políticos – os membros do governo do DF – bem menos “visíveis” que as elites “de passagem”. Em um setor ainda mais periférico dos altos espaços de poder concentrados em torno do Eixo Monumental, no extremo norte do Plano Piloto, a “jovem”<sup>vi</sup> Câmara Legislativa do Distrito Federal, ou simplesmente “Câmara Distrital”, como ela é correntemente designada, reúne os deputados “distritais”. O espaço político regional, evocado por esses dois “lugares” de representação política, encontra-se ancorado junto a uma população de mais de dois milhões de habitantes e de um colégio eleitoral de um pouco mais de um milhão e meio de eleitores. Ele corresponde a um território formado por um conjunto de vinte e sete localidades distintas (tecnicamente designadas como “Regiões Administrativas”, RAs) de perfil econômico variado e bastante desiguais do ponto de vista social, onde destaca-se sobretudo o Plano Piloto, sua parte mais central e midiática.

Tardiamente constituído (meados da década de 80, como mostraremos adiante) o espaço político *brasiliense* supõe ambivalências interessantes, conjugando, por exemplo, uma presença dominante de grupos políticos conservadores nas instâncias de poder formal com uma efervescência “basista” própria aos movimentos contestatórios de esquerda que aí tomaram forma e proporções significativas ao longo das últimas décadas. Assim observamos, entre outras ambivalências, que se institucionalmente trata-se de um espaço hoje predominado pela direita e marcado pela forte presença de relações e práticas políticas de tipo clientelares, foi por outro lado nesse mesmo espaço político que o Partido dos Trabalhadores – que, polêmicas à parte, desde seu surgimento, ainda durante a transição, constituiu-se como a principal expressão coletiva do renascimento de um espectro de esquerda nacional – foi pela primeira vez eleito ao governo de uma unidade da federação brasileira (1994). A esse propósito, deve-se, no entanto, ressaltar que esse partido, após o intervalo de ruptura correspondente ao seu único mandato governamental



(1995-1998), conhece atualmente um movimento de declínio eleitoral na região – o que por outro lado não exclui o fato de que ele mantenha, quantitativa e qualitativamente, uma sólida implantação social (no que concerne a suas bases militantes) no DF (Rocha, 2007).

Neste artigo<sup>vii</sup>, propomos-nos a refletir sobre o objeto “impensado” representado pela vida política brasileira, a partir de uma restituição sócio-histórica<sup>viii</sup> do processo de diferenciação e de “estabilização” de um espaço político específico ao Distrito Federal. O objetivo é então o de mostrar as modalidades pelas quais esse espaço emergiu e se tornou possível (isto é, suas condições de possibilidade, entendidas como condições estruturantes) e, igualmente, de analisar o desenvolvimento paradoxal que ele supôs (e continua a supor atualmente). Supomos que, a despeito da institucionalização de suas regras e instâncias de funcionamento, o espaço político do Distrito Federal tende a se estruturar de forma mais “flexível” se comparado aos demais espaços políticos regionais brasileiros. Ora, a dimensão “incerta” e as possibilidades de renovação (em termos de práticas, atores ou dispositivos institucionais) que caracterizam, em escalas variáveis, os diferentes contextos de retorno à democracia, atingiram proporções particularmente significativas no DF. Contrariamente aos estados federativos onde as mudanças institucionais dos anos 80 traduziam-se pela ativação e/ou reestruturação de espaços políticos pré-existentes<sup>ix</sup>, no Distrito Federal tratava-se da emergência e da estruturação de um espaço político inteiramente novo.

Para desenvolvermos tal análise, foi antes de tudo necessário evocar as especificidades da configuração urbana que gerou e deu uma forma concreta a esse espaço político. Essa lógica argumentativa repousa justamente sobre a hipótese de que a situação de “crise” ligada à questão do território-DF constituiu um vetor principal da fabricação desse espaço político. Ao tomarmos, portanto, a singularidade da “configuração urbana – DF” como o ponto de partida da argumentação que se segue, atribuímos igualmente uma importância particular às imbricações existentes entre o “urbano” e o “político”. Assim, nos interstícios da argumentação proposta, um desafio teórico impõe-se progressivamente: o de apreender o político por meio de sua dimensão essencialmente social e, ainda mais precisamente, urbana. Ora, situar o político como um “desdobramento” lógico e coerente do espaço no qual ele emerge e toma uma forma concreta implica um ponto de vista epistemológico particular (em geral pouco caro aos cientistas políticos), que pressupõe uma importante relativização da dita “autonomia” da esfera política. Sem pretender reduzir a complexidade da articulação “espaço social – espaço político”, que denota descontinuidades significativas e está longe de constituir um processo unívoco, entendemos de fato que as especificidades de um território urbano tendem a ser, *peu ou prou*, traduzidas no espaço político que ele dá forma. É dentro dessa perspectiva que pretendemos mostrar que a emergência de um espaço político propriamente brasileiro, em pleno processo de transição democrática, está estreitamente vinculado a um contexto social específico: o da agravação da crise urbana relativa à distribuição do território no Distrito Federal.

## **1. RETORNO ÀS ESPECIFICIDADES DA CAPITAL FEDERAL. BRASÍLIA COMO UMA CONFIGURAÇÃO SOCIAL SINGULAR**

A singularidade do Distrito Federal remonta, acima de tudo, ao fato dele ter sido edificado *de toutes pièces* em um sítio praticamente inabitado, com o objetivo expresso de tornar-se a sede do aparelho político-administrativo nacional. Por essa razão, estruturante, o DF apresentou um desenvolvimento urbano e sócio-econômico diferente daquele ocorrido nos demais grandes centros urbanos brasileiros.

Fruto do desejo de modernização da nação, a configuração sócio-econômica atualizada no DF decorre diretamente dessa condição primeira de “centro” político-administrativo do país. Isso implica que a região, além do fato de não ser o palco de uma circulação importante de patrimônios políticos propriamente



regionais, não conta tampouco com uma circulação particularmente importante no que concerne ao grande capital econômico (nem industrial, nem financeiro) do país. Ademais, bem que ao longo de seus quase cinquenta anos de existência Brasília tenha ultrapassado amplamente sua vocação inicial de sede do governo federal, o conjunto populacional do DF continua a ser caracterizado por certas especificidades, notadamente uma fraca proporção de trabalhadores do setor secundário – e, com isso, a quase ausência de um proletariado em seu sentido mais clássico – e o peso muito importante dos trabalhadores do setor terciário, entre os quais os funcionários do setor público<sup>x</sup>. Um contexto que, como veremos adiante, não é sem conseqüências na configuração da vida política da região e especialmente na composição da “classe” política “distrital”.

Localizado no interior do estado de Goiás e situado a aproximadamente 900 Km do litoral, o Distrito Federal, quadrilátero delimitado para a construção da capital, ocupa uma área total de 5.814 km<sup>2</sup>. O espaço urbano concebido inicialmente por Lúcio Costa e destinado à função de cidade-capital inscreve-se no centro do quadrilátero “DF” e está formado pelo Plano Piloto e Lagos Sul e Norte. O Plano Piloto ocupa uma extensão de 472 Km<sup>2</sup> e foi traçado sob a forma de dois grandes eixos formando uma cruz. Seu formato evoca a forma de um avião: o corpo da “aeronave” (situado no sentido Leste-Oeste) é representado por um “eixo monumental” – uma grande via urbana ao longo da qual se distribuem diferentes monumentos e cuja parte leste abriga os edifícios destinados aos órgãos políticos e judiciários federais<sup>xi</sup>. Nas asas Norte e Sul se situam os setores residenciais assim como os comércios de proximidade. Os setores designados como Lago Sul e Lago Norte, situados às margens do Lago Paranoá, foram destinados essencialmente à construção de imóveis monofamiliares e correspondem às localidades mais nobres do DF.

Essa configuração urbana ordenada e setorizada, concebida para abrigar a “totalidade” da população do DF (Costa, 1980), não foi no entanto capaz de integrar o conjunto da população candanga<sup>xii</sup> vinda para a construção da capital. No momento de sua inauguração, o Distrito Federal já contava com uma população de 70.000 habitantes instalados essencialmente no exterior do Plano Piloto, repartida em oito cidades satélites<sup>xiii</sup>. Tendo constituído desde o princípio um importante pólo de atração demográfica, certos grupos sociais originários de diferentes correntes migratórias foram fixados nos arredores do Plano Piloto. Como salientou Nunes (2004), desde sua fundação, as lógicas de povoamento do DF representaram uma ruptura em relação às modalidades tradicionais de ocupação do território nacional onde os fluxos de indivíduos – originários de regiões desfavorecidas economicamente, especialmente de zonas rurais do Nordeste – se dirigiram habitualmente em direção aos principais pólos econômicos do país. A condição de pólo de destinação alternativo aos fluxos migratórios nacionais permanece ainda hoje uma característica marcante na paisagem demográfica dessa região, quando a grande maioria dos migrantes chegados à capital continuavam sendo originários de localidades precárias do Nordeste (destacando-se principalmente os estados do Piauí e da Bahia<sup>xiv</sup>).

Em um contexto de rápido crescimento demográfico, Brasília se estruturou como uma configuração polinuclear de centros urbanos (Paviani, 1989). Em 2000, o DF era composto por uma população total de 2.051.146 de habitantes (IBGE, 2003), distribuídos em dezenove “Regiões Administrativas” (RAs), unidades administrativas que correspondem aproximadamente ao que se designa como sendo as “cidades” do DF (entre elas o Plano Piloto e as variadas cidades satélites)<sup>xv</sup>. Cinco anos depois, os dados oficiais confirmam a tendência à proliferação contínua de núcleos urbanos: em 2005 a administração do Distrito Federal indicava a existência de um total de vinte e sete RAs.

### 1.1. DO “ESPAÇO PENSADO” A SUAS RAMIFICAÇÕES “IMPENSADAS”

Na condição de “espaço pensado”, criado a partir de uma decisão política, na ausência de um mercado econômico e “implantado em uma área física relativamente desocupada, sem nenhuma barreira social colocando obstáculo a seu projeto original” (NUNES, 2004, p. 56), o Distrito Federal toma a forma de uma configuração social singular, dentro da qual as redes sociais, econômicas e políticas desenvolvidas



tendem a apresentar contornos que lhe distinguem dos outros centros urbanos do país. Considerar o DF como uma configuração que, segundo Norbert Elias (1991a, 1991b), constituiria uma figura global em movimento, marcada por um equilíbrio flutuante de tensões, supondo relações de interdependência entre os núcleos e os indivíduos que lhe compõem, parece um recurso heurístico pertinente para apreender o desenvolvimento complexo que o DF vem apresentando desde sua fundação. O DF ultrapassou sua vocação inicial, essencialmente burocrática, e se desenvolveu de forma amplamente diferenciada daquela prevista em seu plano original. O plano piloto, sua parte central que continua limitada por princípios urbanísticos rígidos, deu no entanto origem a numerosas ramificações. Tal é o caso da Vila Planalto – um núcleo urbano essencialmente popular, criado a partir dos canteiros de obras instalados pelos operários que construíram a cidade e que depois de anos de resistência adquiriram direito de permanência – situada nas proximidades das principais instâncias de poder da República (Coelho, 2006) e tornada uma sorte de “apêndice” do Plano Piloto. A formação nos anos 1990, do Setor Sudoeste<sup>xvi</sup> é igualmente reveladora da expansão desigual sofrida pelo plano original: uma localidade habitada pelas classes altas, conhecida pelo comportamento “elitista” de seus habitantes, que tornou-se rapidamente um dos endereços mais valorizados do mercado imobiliário da região e se constituiu como uma forma de setor “anexo” ao Plano Piloto.

Aliás, no que concerne às diferentes cidades satélites que circundam essa porção mais central do Distrito Federal, criou-se uma forte hierarquização do território onde figuram por um lado as RAs – geralmente as mais próximas do Plano Piloto – que no início dos anos 2000 constituíam cidades já consolidadas, dotadas de uma infra-estrutura urbana importante e de um mercado econômico relativamente autônomo<sup>xvii</sup> e, por outro lado, as cidades “precárias”, geralmente as mais periféricas, desprovidas de infra-estrutura urbana, que assumem a forma de enclaves de pobreza<sup>xviii</sup>. Entre essas diversas localidades estabelecem-se modalidades variadas de cadeias de interdependência mais ou menos longas, mais ou menos complexas interconectando os indivíduos e os núcleos urbanos nos quais eles se situam. Cadeias de interdependência que se espalham muitas vezes além das fronteiras com o estado de Goiás, onde se localiza o que se costuma designar como “cidades dormitório”<sup>xix</sup>, dependentes economicamente do Distrito Federal e administrativamente do estado de Goiás.

Tal como foi desenvolvido ao longo de quarenta e oito anos de história, o processo de “metropolização”<sup>xx</sup> do Distrito Federal gerou uma tendência à reprodução das formas de precarização<sup>xxi</sup> e de segregação (social e espacial) que são próprias aos grandes centros urbanos brasileiros<sup>xxii</sup>. Entretanto, certas características continuam a conferir ao DF as especificidades que lhe singularizam. Mais de um terço de sua população ativa ocupada é formada pelo funcionalismo ligado à administração pública federal ou distrital<sup>xxiii</sup>. A economia da região é centrada essencialmente em torno de um setor terciário que, além dos funcionários públicos, reúne igualmente profissionais liberais, profissionais do comércio, bancários, empregados domésticos e trabalhadores autônomos do informal (Nunes, 2004). O processo de expansão do setor terciário, que constitui um traço cada vez mais característico das sociedades contemporâneas, conhece em Brasília um ritmo bastante original. Enquanto sob o plano nacional esse setor reúne aproximadamente 50% da população ativa ocupada, no DF ele representa um pouco mais de 90% das pessoas em atividade<sup>xxiv</sup>. O setor secundário mantém uma estrutura pouco expressiva e o primário corresponde a uma parcela residual da economia regional: no final dos anos 1990 eles representavam respectivamente 7,13% e 0,52% do volume total da renda produzida no Distrito Federal (CODEPLAN, 1997).

Em seus trabalhos mais recentes, Brasilmar Ferreira Nunes tem mostrado que o contraste cada vez mais cristalizado entre “capital pensada” e as diferentes aglomerações periféricas criadas no âmbito de processos desordenados de crescimento urbano está diretamente ligado ao desenvolvimento de lógicas particulares e concorrentes de ocupação desse território. Lógicas subjacentes às ondas migratórias assimétricas que deram uma forma específica ao DF e que deram origem a duas figuras principais do migrante na região: o funcionário transferido da antiga capital, dotado de suportes sociais anteriores, beneficiário de vantagens materiais para sua instalação, com um emprego garantido desde sua chegada, inserido em um contexto de “estabilidade” material e residente do Plano Piloto; e sua antítese, o migrante de



classe popular, geralmente originário das regiões desfavorecidas economicamente (freqüentemente do Nordeste), vindo de uma situação originária de “desafiliação” social (Castel, 1995) em busca de trabalho e se instala nas periferias de Brasília. Esses dois “personagens”, que constituíram os ideal-tipo do habitante do DF no momento da fundação da capital, permanecem atuais no panorama demográfico *brasiliense* dos anos 2000. Mesmo se, sem nenhuma dúvida, ao longo de sua história, o perfil sócio-econômico da região se diversificou consideravelmente, a partir das múltiplas variações e desdobramentos dessas figuras matriciais do migrante, com a dinamização da economia da região, com as novas gerações aí nascidas, os indivíduos que chegam ainda hoje continuamente ao DF atualizam a dicotomia entre os habitantes **estáveis** do Plano Piloto e dos Lagos e os **instáveis** domiciliados nas periferias mais distantes. Os dados relativos ao final da década de 90 mostravam que o Plano Piloto e os Lagos Norte e Sul continuavam a constituir as localidades que concentravam a maior proporção de pessoas originárias dos estados mais ricos do país, sobretudo do sudeste, enquanto as cidades satélites menos municidadas eram ainda aquelas que acolhiam a maior proporção de migrantes originários do nordeste do país<sup>xxv</sup>.

A fronteira social<sup>xxvi</sup> que separa os atores estáveis e instáveis é, portanto, legível espacialmente; ela se encontra inscrita no âmago do processo de segregação espacial da instabilidade que caracterizou o desenvolvimento dessa região. Pode-se assim dizer que de fato, numa certa perspectiva, o aglomerado urbano representado pelo Plano Piloto e os Lagos Norte e Sul materializa, como nos relembra oportunamente Brasilmar Ferreira Nunes (2004), a metáfora da “ilha da fantasia” à qual a capital é associada no imaginário nacional. Com a intensificação das especulações imobiliárias das décadas de 80 e 90, a enorme valorização das terras urbanas nessas localidades provocou um fenômeno de deslocamento das classes médias intermediárias, sobretudo de funcionários públicos dos escalões médios, em direção às cidades satélites (Nunes, 2004). O Plano Piloto e os Lagos se consolidaram como espaços urbanos socialmente homogêneos, dominados pela presença de funcionários públicos, por um alto nível de escolaridade e dotados de um nível de qualidade de vida amplamente superior àquele registrado nos demais centros urbanos do país. Uma pesquisa recente realizada pela Fundação Getúlio Vargas atribui ao Plano Piloto o título de “capital da qualidade de vida” (Jornal do Brasil, 27/07/2005; Correio Braziliense, 27/07/2005). Classificado na primeira posição em uma comparação com as dez maiores capitais do país, o Plano Piloto apresenta o melhor índice de condições de vida da população (ICV, com 108,27 pontos), amplamente superior ao dos demais centros urbanos localizados nos principais pólos econômicos do país, tais como Porto Alegre (21,72), Curitiba (19,88), Belo Horizonte (15,76), São Paulo (8,19) e Rio de Janeiro (-13,91). No final dos anos 90, 84,28% das famílias do Distrito Federal com renda superior a 25 salários mínimos (SM) estavam instaladas no Plano Piloto (CODEPLAN, 2004). Enquanto os dados relativos ao conjunto do DF o situam entre as regiões com as maiores taxas de desemprego do país (em torno de 20% da população ativa<sup>xxvii</sup>), uma forte clivagem separa o Plano Piloto, que constitui uma “zona de pleno emprego” (Nunes, 2004) habitada pelas classes médias superiores, das cidades satélites – e sobretudo aquelas situadas no cinturão de pobreza que circunscreve a região – onde o desemprego se concentra.

Sem dúvida a paisagem social brasiliense não pode ser resumida à oposição binária entre esses dois arquétipos – os estáveis (Plano Piloto) e instáveis (das zonas mais periféricas) – da população do DF. Múltiplas figuras intermediárias se sobrepõem e fazem a mediação entre essas duas situações “típicas” de **estabilidade** e de **instabilidade** social. Evitando um ponto de vista simplificador, essa dualidade – que pode ser entendida como uma das conseqüências aparentes de um amplo e complexo processo de segregação social – não é considerada aqui como um esquema hermético, mas sobretudo como um traço característico que imprime uma marca particular à configuração social brasiliense. A metáfora da capital como ilha da fantasia, para ser pertinente, deve assim ser interpretada menos pela alusão a uma superconcentração de “riquezas” – no sentido da concentração do grande capital econômico nacional – e mais pela visão do Plano Piloto como uma “zona de estabilidade” social. Diferentemente de outros grandes centros urbanos brasileiros – como São Paulo, mais particularmente – o Plano Piloto não pode ser considerado como um local privilegiado de convergência das grandes fortunas do país (Nunes, 2004). É principalmente por essa razão que a análise mobilizada aqui se reporta menos a uma oposição entre atores





favorecidos e desfavorecidos economicamente que a uma dicotomia complexa entre indivíduos socialmente estáveis e outros essencialmente instáveis.

A complexidade evocada pela “dualidade” entre os indivíduos estáveis e instáveis inscritos no DF repousa notadamente sobre o fato de que ela não é redutível ao simples antagonismo entre “ricos” e “pobres” e que ela transcende toda forma de oposição baseada unicamente na propriedade e/ou na detenção de capital econômico mais ou menos importante. A oposição entre estáveis-instáveis aqui utilizada apóia-se na abordagem desenvolvida por Norbert Elias e John L. Scotson (1997) a propósito de grupos sociais estabelecidos (ou *established*) e marginais (ou *outsiders*). A noção de *established* para designar indivíduos fortemente ancorados socialmente no âmbito de um contexto social determinado, não se define a partir de uma posição de classe mas de uma posição dominante (decorrente sobretudo de uma certa “antigüidade”, no caso daquele trabalho) não somente objetiva, mas também simbólica, dos indivíduos e do grupo em um meio social determinado. Para Elias, que desenvolve sua teoria sobre as relações entre grupos estabelecidos e marginais a partir de uma investigação em uma pequena comunidade popular inglesa, a condição de *established* se inscreve em um contexto de vínculos sociais de poder, em uma relação entre indivíduos em posição relativamente dominante (os *established*) e outros em posição relativamente dominada (os marginais). Tratando-se do Distrito Federal, entretanto, uma leitura dos indivíduos em termos de *established* e de marginais pode implicar em certos problemas, dado que ela supõe como um de seus principais critérios de distinção a ancoragem dos indivíduos em um território determinado. Como em Brasília qualquer referência a uma situação *established* territorialmente deve ser relativizada em razão da situação de “mobilidade” própria a diferentes segmentos de sua população, assim como a pequena “antigüidade” dos indivíduos nesse território, a tipologia de Elias não pode ser transposta aqui de forma integral. Eis porque, ao nos inspirarmos nessa análise, preferimos utilizar as categorias mais amplas de indivíduos “estáveis” e “instáveis” socialmente.

Visto que as noções de instabilidade e de estabilidade sociais supõem uma certa “maleabilidade” analítica, adotamos um parâmetro de classificação que repousa na capacidade dos indivíduos de reunir mais ou menos “suportes”. O termo suporte é aqui compreendido, como o designa Robert Castel

no sentido de uma condição objetiva de possibilidade [...], [mais precisamente] da capacidade de dispor de reservas que podem ser de tipo relacional, cultural, econômico, etc. e que são as bases sobre as quais pode se apoiar a possibilidades de desenvolver estratégias individuais (CASTEL; HAROCHE, 2001, p. 30).

O indivíduo instável é assim aquele fragilmente “protegido” pela disposição de suportes – de condições objetivas – que lhe permitem inserir-se plenamente na sociedade. Assim sendo, a categoria “instável” torna-se mais ampla que aquela do “pobre” e nessa perspectiva a situação de “estabilidade” de certos indivíduos não é homóloga a uma situação de riqueza econômica. A instabilidade pode tomar formas variadas que vão de um quadro de miséria e precariedade extremas, às situações de instabilidades conhecidas por diferentes trabalhadores do setor informal ou ainda por certos membros das camadas médias – que não dispõem de empregos estáveis. O *continuum* instabilidade-estabilidade evolui assim nas diferentes classes sociais, podendo-se identificar indivíduos “instáveis” tanto nas classes populares quanto nas médias ou mesmo nas classes ditas altas, ainda que com bem menos frequência.

Com o trabalho sendo um dos principais suportes concretos para a existência do indivíduo, a instabilidade crescente dos atores sociais é vista como uma das faces das metamorfoses da questão social, e assim diretamente associada às degradações generalizadas das condições de trabalho e à ampla crise da sociedade salarial, que se desenvolve diferentemente e em proporções variadas nos diversos contextos nacionais. Bem que esses fenômenos sejam mais ou menos característicos das diferentes sociedades contemporâneas, no Distrito Federal, a instabilidade social toma uma forma particularmente saliente diante ao paralelo inevitável entre o quadro de estabilidade exprimido pelos indivíduos inseridos na sociedade salarial e “protegidos” pelo funcionalismo público. A supremacia do setor terciário que caracteriza essa





região é, aliás, reveladora da amplitude que a dualidade estável-instável é passível de assumir dentro da configuração brasiliense. De fato, esse setor terciário engloba, em seu conjunto, essa dupla realidade fortemente contrastada, pois ele compreende ao mesmo tempo a porção estável da população inserida no funcionalismo público assim como os “estoques” de trabalhadores instáveis que vivem de trabalhos mais ou menos precários, mais ou menos duráveis, no mercado informal.

As contradições sociais atualizadas no espaço urbano do Distrito Federal constituem um ponto nevrálgico na “curta” história da região. E é de fato em torno dele, e de sua intensificação, que se delineou progressivamente uma vida política especificamente regional.

## 2. O ESPAÇO POLÍTICO “REGIONAL”: UM CAMPO POLÍTICO COMO OS OUTROS?

Paralelamente à singularidade de seu contexto social, uma das formas objetivadas da originalidade evocada pela configuração brasiliense se exprime no plano político-administrativo. A despeito de sua condição de “unidade da federação”, o estatuto de Distrito Federal é distinto daquele de “estado federativo”; ele supõe um quadro de interdependência forte em relação ao Estado Federal e impõe competências executivas e legislativas limitadas – se comparado às vinte e seis demais unidades federativas. Concebido para cumprir funções políticas pré-determinadas e usufruindo um estatuto de área de segurança nacional, o DF não adquiriu imediatamente o mesmo nível de autonomia administrativa que os estados que, conforme o modelo federativo brasileiro, eram dotados de governos específicos, assim como de órgãos legislativos e de dispositivos constitucionais próprios. O “Governo do Distrito Federal” só veio a ser criado dez anos após a inauguração da capital. Enquanto nos estados os sufrágios diretos para eleição de governadores foram restabelecidos desde 1982 no âmbito da transição democrática, no DF o governador foi sistematicamente nomeado pela Presidência da República até as eleições de 1990. A “Câmara Legislativa Distrital” foi inaugurada naquele ano; até então, na ausência de um órgão legislativo propriamente dito, as funções legislativas distritais eram atribuídas a uma comissão especial dentro do Senado Federal: a “Comissão do Distrito Federal”. Foi somente em 1993, ao final da primeira legislatura da Câmara Distrital, que a Lei Orgânica do Distrito Federal foi proclamada. Por mais paradoxal que possa parecer, a configuração brasiliense, que foi edificada com o objetivo último de constituir um “lugar da política” e de exercer a vocação política que lhe é inerente, constituiu-se, durante suas primeiras décadas, como uma região praticamente destituída de uma vida política própria.

A institucionalização recente de uma esfera política “distrital” efetua-se no prolongamento do processo complexo e rápido de expansão urbana da região, amplificada a partir dos anos 70 ante a chegada contínua de fluxos migratórios originários de diferentes pontos do território nacional e à intensificação da transferência do pessoal administrativo vindo do Rio de Janeiro, o que até então havia sido feito de forma gradual. A emergência de uma dimensão política regional é indissociável do processo singular de consolidação do espaço urbano da capital. Um fato que não é desconexo do hiato crescente entre o “estatuto” de centro político nacional e o *vécu* dos indivíduos concretamente inseridos na configuração social. O aspecto “maleável” que é implícito à configuração brasiliense e que remonta a sua condição de pólo de imigração e de lugar de acolhida de uma fração da tecnocracia e do pessoal político “flutuante” (cuja permanência em Brasília depende diretamente da duração dos mandatos eletivos e das alternâncias políticas), imprime um caráter incontestavelmente *sui generis* ao processo de “estabilização” conhecido pela região a partir dos anos 70. A despeito das oscilações demográficas próprias à condição de capital, a constituição de uma população regional, efetivamente instalada na região, dotada de características sócio-econômicas particulares, e a criação de vínculos territoriais que isso implica deram origem não somente a referências identitárias específicas<sup>xxviii</sup>, mas igualmente a problemáticas ligadas



concretamente a esse território – entre os quais um dos exemplos mais tangíveis concerne à ocupação irregular da terra urbana, que se tornou um tema político incontornável nessa sociedade, em torno do qual diversos atores sociais se mobilizaram politicamente.

A questão relativa ao espaço urbano constitui provavelmente o melhor exemplo da emergência de uma problemática que remete a uma ordem político-decisional regional e em torno da qual diferentes atores sociais se forjaram e se construíram politicamente. A ocupação ilegal e generalizada de terras públicas pelas populações migrantes que chegam ininterruptamente a Brasília, assim como a política de deslocamento dessas populações em virtude da criação de núcleos urbanos periféricos geraram uma série de conflitos e negociações entre as comunidades locais e as autoridades competentes. Diversos atores locais envolvidos nesse tipo de negociação – tanto da parte dos movimentos sociais quanto das autoridades responsáveis – projetaram-se politicamente a partir daí e se investiram, em seguida, na institucionalização do espaço político regional. A persistência e a atualização contínua da problemática relativa à habitação são igualmente visíveis na trajetória do ex-governador Joaquim Roriz, que construiu sua carreira política regional a partir de uma plataforma política de distribuição de lotes de terra urbana às populações desfavorecidas.

### 3. A “QUESTÃO REGIONAL” E A ESPECIALIZAÇÃO DE UM ESPAÇO POLÍTICO PRÓPRIO

A emergência da “questão regional” em um processo ao mesmo tempo de mobilização de *enjeux* ligados ao território e de tomada de consciência de uma especificidade irreduzível à condição de centro burocrático, sua “problematização”<sup>xxxix</sup> e sua politização constituem o pano de fundo diante do qual se diferenciou um espaço político regional e se forjaram os atores “interessados”<sup>xxxx</sup> a nele investirem. Observa-se assim que, por um lado, a amplificação das reivindicações sociais produzidas localmente, em torno da habitação principalmente, no final dos anos 70 exerceu um papel importante na politização<sup>xxxi</sup> de certos atores sociais brasilienses<sup>xxxii</sup>, por outro, que os anos 80 representaram um momento chave para a formalização do novo espaço político, com a criação das regras e instituições necessárias ao exercício formal do poder regional. A conjuntura de democratização e de ampla renovação institucional no âmbito do sistema político nacional contribuiu igualmente para que a implementação da regulação necessária ao funcionamento dessa arena política se acelerasse: em 1985, as organizações partidárias adquiriram o direito de existência legal no Distrito Federal; em 1986, os brasilienses exerceram pela primeira vez o direito de voto ao parlamento nacional; e, em 1990, eles votaram, pela primeira vez igualmente, para o governo e o parlamento distritais.

O processo gradual de diferenciação do espaço político brasiliense se situa, portanto, no *continuum* de um processo anterior e convergente de “estabilização” de um contexto social, cujas transformações geraram a necessidade de institucionalização de funções e papéis políticos específicos. Ora, como afirma Jean-William Lapierre, a respeito da formação dos sistemas políticos de maneira geral, quando, em uma dada configuração social, um sistema político torna-se “especializado, diferenciado, complicado [isso ocorre necessariamente em] um momento [particular] de [sua] história, [quando ela se vê obrigada] a dar resposta a um desafio de inovação social” (LAPIERRE, 1977, p. 172, tradução nossa). Em Brasília, a amplificação da problemática territorial e das demandas sociais a ela relacionadas, conjugada a abertura de uma estrutura de oportunidades políticas ligadas à transição compuseram justamente esse momento histórico particular e propício à diferenciação de uma esfera política.



Em resumo, e fazendo então abstração do caráter necessariamente redutor de uma tentativa de esquematização *a posteriori*, parece agora possível esboçar as três etapas principais do “encadeamento de processos”<sup>xxxiii</sup> que permitiram a constituição desse espaço político: (a) emergência de uma questão regional (demandas específicas); (b) objetivação de agentes e relações políticas específicos (diferenciação de um espaço particular de relações, marcado por lutas e agentes particulares); (c) estabelecimento de regras estatutárias e esferas institucionais de funcionamento (a formalização ou, em outros termos, a institucionalização desse espaço). Convém salientar que a diferenciação, ou bem a objetivação, de um espaço especializado é aqui entendida como um conjunto de etapas que

contribuem a inscrever as relações sociais, e as regras em uso no âmbito dessas relações, na ordem de uma ‘realidade objetiva’, isto é representada como exterior aos indivíduos, se impondo a eles e regulando seus comportamentos (LAGROYRE, 1991, p. 172).

Nessa mesma perspectiva, a institucionalização das regras políticas é pensada como uma forma particular, e talvez particularmente impositiva, de objetivação. Inspirando-nos na análise de Jacques Lagroye a respeito dos processos de especialização política, entendemos que a chamada institucionalização não se resume simplesmente à criação – ou à “erupção” – de instituições especializadas e diversificadas, imbuídas de papéis políticos; ela constitui, ao contrário, a etapa final de um mecanismo mais geral por meio do qual os indivíduos são levados a considerar as regras como existentes por elas mesmas “se impondo a eles no mesmo título que os fenômenos da natureza: a chuva, a morte, a fome” (LAGROYRE, 1991, p. 172).

Prolongando essa análise para além das singularidades intrínsecas ao delineamento desse novo espaço político a partir dos anos 1980, é possível observar que, uma vez constituído, esse espaço tendeu igualmente a desenvolver características que lhe são distintivas. Transpondo aqui a análise de Francine Muel-Dreyfus e Arakcy Martins Rodrigues, que definiram os brasileiros como indivíduos marcados por “experiências sociais feitas de rupturas e desenraizamento” (MUEL-DREYFUS; RODRIGUES, 1986, p. 132), somos inclinados a interpretar o espaço político objetivado em uma tal configuração de indivíduos – constituída na confluência de atores de origens geográficas e culturais variadas –, como um espaço igualmente “desenraizado”. Observa-se de fato que os atores que se investiram nesse espaço no final dos anos 80 não dispunham de uma história “ancorada” no território DF. Com exceção do caso singular de Márcia Kubitschek, a filha de JK, cuja carreira política iniciada na época<sup>xxxiv</sup> evocava o patrimônio político herdado do principal artífice da construção da capital, a cena política do DF foi constituída essencialmente de atores “externos”, até então sem raízes políticas na região e cujas carreiras políticas remetiam a outros estados, ou bem *nouveaux entrants*, em geral deserdados politicamente.

Se o espaço partidário regional implantado no DF atualiza, certamente, as regras de funcionamento e os *habitus*<sup>xxxv</sup> vigentes no campo político nacional no qual ele se inscreve e com o qual ele estabelece uma relação de interdependência, o espaço de posições estruturado pelos atores regionais assim como os critérios para se acessá-lo tendem, entretanto, a ser menos estritamente delimitados do que podem sê-lo em outras regiões do país. No momento de sua institucionalização, o pessoal político profissional capaz de mobilizar patrimônios políticos “externos” – como Joaquim Roriz, o primeiro governador eleito no DF, cuja carreira havia sido iniciada no estado de Goiás – adquiriu uma posição dominante no espaço de poder que se delineava na ocasião. No entanto, a ausência de uma longa “memória política regional” dividida histórica e coletivamente pela população, assim como a fraca circulação de patrimônios políticos constituídos *in situ* facilitaram ao mesmo tempo a introdução de atores políticos não profissionalizados, desprovidos de herança política e sem inserção anterior nas instâncias de poder. A trajetória particular desenvolvida pelo Partido dos Trabalhadores nessa região compõe um exemplo interessante para ilustrar esse fenômeno. Constituído por atores sem inserção anterior nos espaços políticos formais<sup>xxxvi</sup>, o PT desenvolveu uma expansão relativamente rápida no Distrito Federal. Parece importante insistir no fato de que a plasticidade do espaço



político do DF pode ser considerada como um dos elementos explicativos da relativa “facilidade” de que dispuseram esses *petistas* para adquirir uma posição de importância na política regional. E isso, sobretudo, quando se compara o PT/DF à maioria das formas locais e regionais desse partido<sup>xxxvii</sup>. Mesmo sabendo que o contexto político foi variável de uma região à outra, pode-se supor que em certos casos a “ancoragem” que dispõem os atores rotinizados nas instâncias de poder, assim como a existência de *habitus* solidamente consolidados nos espaços políticos regionais tornaram sem dúvida mais difícil a introdução política de novos atores, frágil ou negativamente dotados de disposições políticas “tradicionais”. O que teria imposto a certos membros do PT um maior percurso de “aprendizagem” e de “interiorização” de normas de funcionamento desses diferentes espaços políticos.

E efetivamente, no caso do DF, embora o PT regional desempenhe atualmente um movimento de declínio eleitoral, desde o momento de seu surgimento (1980), ele alcançou uma implantação consideravelmente densa no DF. O fenômeno é visível sob o prisma de seus primeiros resultados eleitorais, pois o caso do PT/DF serve de contra-exemplo face aos resultados medíocres alcançados pelo partido nos demais estados durante suas primeiras experiências eleitorais. Enquanto nos sufrágios diretos para os governos dos estados, em 1982, o PT obtinha as últimas posições na corrida eleitoral contra os partidos remanescentes do bipartidarismo (PMDB e PDS)<sup>xxxviii</sup>, no DF, desde as primeiras eleições diretas para o governo (1990), ele se impôs como a segunda força política da região, rivalizando diretamente contra o setor político reunido em torno do ex-governador Joaquim Roriz (PMDB). A partir daí, o espaço partidário do Distrito Federal, apesar da estrutura multipartidária vigente, permaneceu bastante tempo dominado pela oposição entre esses dois pólos políticos.

No entanto, a partir dos anos 2000, essa paisagem política relativamente binária complexificou-se consideravelmente. A ascensão de grupos políticos *a priori* intermediários (notadamente de uma “terceira via”), e que até então tinham exercido papéis secundários diante da polarização PT X PMDB constitui o principal elemento complexificador desse espaço de posições. Assim, observamos que a fase mais recente do processo de estabilização do espaço político brasileiro se caracteriza, entre outros, por uma intensificação de um modelo partidário pluralista (até então ofuscado pelo antagonismo PT X PMDB), que de maneira geral é considerado característico do sistema partidário brasileiro no período pós-transição (característica que, aliás, serve frequentemente de argumento para sustentar a idéia do “sub-desenvolvimento” do sistema partidário nacional).

A complexificação desse “jogo de forças” partidárias deve, no entanto, ser avaliada com certa prudência, pois a ascensão de uma dita “terceira via”<sup>xxxix</sup>, reivindicada notadamente pelo governador José Roberto Arruda, está longe de ser a tradução da simples “emergência” de um novo ator político (individual e/ou coletivo). Ao contrário, a progressiva ascensão de Arruda deve ser antes de mais nada apreendida como um subproduto da dominação exercida pelo pólo político liderado por Joaquim Roriz. A esse propósito, se não temos aqui, visto os limites deste artigo, condições de analisar detalhadamente a trajetória particular desse profissional político, é importante ao menos ressaltar que a eleição de Arruda como governador em 2006 contou com o apoio “pessoal” de Roriz<sup>xl</sup>, o que a nosso ver constituiu um ingrediente decisivo para sua vitória.

Essa despolarização relativamente ambígua do espaço político brasileiro nos anos 2000 (que coincide igualmente com a fragilização do pólo de oposição a Roriz simbolizado sobretudo pelo PT) merece portanto ser interpretada com relativismo. Se o fenômeno se situa sem dúvida na confluência de processos e fatores diversos, ele aparece, entretanto, mesmo que parcialmente, como um “efeito de campo” (no sentido de Bourdieu), decorrente da consolidação de um espaço de lutas políticas onde o pólo representado pelo principal chefe político da região se impôs de forma dominante e relativamente durável.

A estabilização do espaço político brasileiro, como todo espaço político (entendido como um espaço de lutas entre agentes em concorrência, de produção e de circulação de bens e recursos políticos<sup>xli</sup>) tende a se desenvolver reproduzindo as regras de dominação características da configuração social na qual



ele emergiu. Dito de outra forma, a consolidação de sua rede de atores, seu modo de funcionamento e suas práticas políticas tendem a ser coerentes e compatíveis com aquelas vigentes no espaço social ao qual ele corresponde. De fato, a amplificação do poder acumulado em torno da “pessoa” de Joaquim Roriz ao longo dos anos 1990 e 2000 está relacionada à sólida ancoragem alcançada por esse último junto a um eleitorado de tipo particular: as populações locais fortemente marcadas pela instabilidade da questão social, vulnerabilizadas pela precariedade da problemática territorial e muitas vezes direta ou indiretamente beneficiadas pelos programas de distribuição de lotes de terras urbanas colocadas em prática pelo ex-governador.

Mais precisamente, essa amplificação do pólo de poder representado por Roriz e seus colaboradores resulta, entre outros fatores, de um duplo processo: (a) da burocratização própria à especialização que decorre da rotinização desses mesmos atores nas instâncias de poder; e (b) da consolidação de um modo de funcionamento (conjunto de práticas transfiguradas em sistema) tornado dominante e baseado na lógica de troca de « favores » junto ao eleitorado. O primeiro processo explica-se, essencialmente, pela capacidade de capitalização e de rentabilização adquirida pelos atores políticos a acumular os recursos políticos gerados pela permanência nos “lugares de poder”. Ora, como se sabe – e não é inútil relembrar –, o exercício do poder e a profissionalização que decorre da ocupação mais ou menos contínua de funções de poder tendem a gerar estoques de recursos materiais e imateriais – autoridade, *savoir-faire*, prestígio etc. (Gaxie, 1977; 1980).

O segundo processo é sem dúvida mais complexo, justamente porque ele se explica menos pelos mecanismos próprios ao funcionamento interno de uma esfera política em via de autonomização e de estabilização, que pela sua imbricação com as características estruturantes presentes na configuração societal. Se o desenvolvimento de uma esfera política em uma dada configuração social é indissociável das formas de dominação que a distinguem, no caso de Brasília observa-se que as relações de clientela que caracterizam as relações sociais desenvolvidas entre lideranças e populações locais com base no que se chama comumente de “troca de favores” se repetem de forma homóloga no espaço político institucionalizado que ali se edifica. A análise é assim pertinente com a reflexão proposta por Jacques Lagroye a respeito das formas de governo: “as modalidades de governo se inscrevem em uma relação de homologia (os mesmos mecanismos estando presentes na organização social e na organização política) com as modalidades da dominação social” (LAGROYE, 1991, p. 53). O clientelismo político é assim entendido não como a “imposição” de um modo de governar por um chefe político em particular, mas como a reprodução no espaço político institucional – por intermédio de chefe(s) político(s) interessado(s) em aí fundar sua autoridade – de um sistema de práticas característico da sociedade na qual ele toma forma.

O clientelismo hoje notório (tanto no meio político nacional como nos veículos de comunicação) da vida política do Distrito Federal constitui um fenômeno sem dúvida central nesse espaço político institucionalizado. E se o clientelismo está sem nenhuma dúvida longe de ser um apanágio “candango”, parece-nos bastante razoável a hipótese de que nessa região ele adquira uma forma particularmente acentuada.

A visão diacrônica dos processos, que se sucedem, de diferenciação e de estabilização do espaço político brasiliense colocou em evidência a dimensão ambivalente que lhe é subjacente. Assim, enquanto por um lado destaca-se sua flexibilidade inata, que tendeu a favorecer a politização de atores políticos em princípio “não-legítimos socialmente” (Offerlé, 1984), por outro observa-se a tendência crescente ao desenvolvimento de práticas políticas clientelares (sobretudo nas localidades mais atingidas pela instabilidade da questão social). A articulação do elemento de modernidade exprimido pela notável viabilização, no DF, da politização de atores *a priori* pouco propícios à carreira política com a tendência à reificação do dito arcaísmo político simbolizado pelo clientelismo parece sugerir que o paradoxo freqüentemente associado à configuração urbana brasiliense, de conjugar modernidade e tradição, atualiza-se com acuidade no espaço político distrital.





## CONCLUSÃO

Constituído tardiamente, o espaço político brasiliense encontra-se na confluência de diversos paradoxos. Na argumentação proposta neste artigo, procuramos colocar em evidência que a esfera política edificada no Distrito Federal ao longo das últimas décadas não se traduz como uma “entidade” isolada dentro dessa sociedade. A diferenciação e a estabilização dessa esfera específica de poder – como forma legítima de organização e de dominação política – foram aqui analisadas como resultantes de processos sociais que são próprios a essa região. O espaço político distrital tende a exprimir, e ao mesmo tempo a ser modelado, por relações sociais que lhe antecedem e que exercem efeitos estruturantes sobre a forma concreta que ele adquire. Em outros termos, para apreender esse espaço político foi necessário inseri-lo em um conjunto de processos sociais que lhe permitiram adquirir uma forma específica.

Contrariamente à visão platônica que tende a associar a institucionalização das esferas políticas a uma forma de garantia da ordem social (por sua capacidade de “federar” diferentes grupos e de exprimir o “interesse comum”), partimos do princípio de que a institucionalização de um espaço político específico consiste, antes de tudo, na concretização de uma forma legítima de dominação legal e racional. A constituição de uma esfera política como tal – com suas instâncias especializadas de administração e de governo, dotadas de competências decisórias específicas, assim como poderes de regulamentação e de controle dos aparelhos executivos – supõe assim uma legitimação social que repousa, por sua vez, no reconhecimento de uma ordem diferenciada de atividades políticas e de um conjunto de organismos especializados. Ela ocorre no âmbito de processos sociais onde a necessidade de representação política impõe-se aos diversos grupos sociais (e, sobretudo, quando os grupos dominantes se vêem obrigados a atribuir a atores específicos a tarefa de defender seus interesses). E ela se desenvolve de forma articulada à consolidação de um sistema dominante de relações sociais – suas características gerais tendem a atualizar as ambivalências estruturantes da configuração social na qual ele se situa.

Em Brasília, a diferenciação de um espaço político especializado se deu quando, em um contexto político favorável, a necessidade de um poder suscetível de representar o interesse público se impôs. Ora, a questão da diferenciação de um domínio de atividades especializadas e dos aparelhos que lhe correspondem é sem dúvida uma consequência de processos sociais múltiplos e complexos, mas ela é, sobretudo, indissociável da concepção global de sociedade existente e difundida dentro da configuração social em questão. A diferenciação progressiva do espaço político distrital e sua estabilização ulterior refletem assim concepções ambivalentes (por exemplo, modernas ou tradicionais; militantes ou clientelares) que permeiam, dão coerência e, sobretudo, estão incorporadas à configuração essencialmente flutuante que Brasília compõe.

### Referências Bibliográficas

BEZERRA, M. O. *Em nome das 'bases'. Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BORGES, A. M. *Tempo de Brasília*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BOURDIEU, P. “Espace social et genèse des ‘classes’”. *ARSS*, n° 52-53, 1984.

\_\_\_\_\_. “La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique”. *ARSS*, n° 36-37, 1981.

\_\_\_\_\_. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Paris: Librairie Droz, 1972.

BRASIL. *Base de dados RAIS*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho e Emprego, 1999.





- CANÊDO, B. "Héritage en politique, ou comment acquérir les dispositions et compétences nécessaires aux fonctions de représentation politique". *CAHIERS DU BRÉSIL CONTEMPORAIN*, n° 47/48, 2002.
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Fayard, 1995.
- \_\_\_\_\_; HAROCHE, C. *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*. Paris : Fayard, 2001.
- CODEPLAN. *Pesquisa de informações sócio-econômicas das famílias do Distrito Federal – Pisef*. Brasília: CODEPLAN, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios*. Brasília: CODEPLAN, 2004.
- COELHO, C. M. *Changements dans les coulisses de Brasília. Les ambiguïtés du processus de permanence de Vila Planalto (1956-2006)*. Tese, EHESS, Paris, 2006.
- CORREIO BRAZILIENSE. "Brasília lidera ranking de qualidade de vida, diz FGV". Brasília, 27/07/2005.
- COSTA, L. *Relatório (1957)*: In: D'ALMEIDA, V. E. *História de Brasília*. Brasília: Thesaurus, 1980.
- DIEESE. *Pesquisa de emprego e desemprego do Distrito Federal (PED)*. Brasília: SETER/GDF, janeiro, 2000.
- ELIAS, N. *La société des individus*. Paris: Fayard, 1991a.
- \_\_\_\_\_, *Qu'est-ce que la sociologie ?*, Marseille, Editions de l'Aube, coll. Monde en cours, 1991b.
- \_\_\_\_\_; SCOTSON, J. L. *Logiques de l'exclusion*. Paris: Fayard, 1997.
- FLEISCHER, D. (dir). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: EdUnB, 1988.
- GAXIE, D. "Économie des partis et retributions du militantisme". *RFSP*, n° 1, vol. 27, 1977.
- \_\_\_\_\_. "Les logiques du recrutement politique". *RFSP*, n°1, vol. 30, 1980.
- IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, edição revisada, 2003.
- JORNAL DO BRASIL. "Brasília, capital da qualidade de vida". Rio de Janeiro, 27/07/2005.
- LAGROYE, J. *Avant propos*. In: LAGROYE, J. (dir.). *La politisation*. Paris: Belin, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Sociologie politique*. Paris: Daloz, 1991.
- LAMONT, M.; MOLNAR, V. "The study of boundaries in the Social Sciences". *ANNUAL REVIEWS OF SOCIOLOGY*, 28, 2002.
- LAPIERRE, Jean-William. *Vivre sans Etat ? Essai sur le pouvoir politique et l'innovation sociale*. Paris: Seuil, 1977.
- MUEL-DREYFUS, F.; RODRIGUES, A. Martins. "Réincarnations. Note de recherche sur une secte spirite de Brasília". In: ACTES DE LA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES, n° 62-63, 1986.
- NUNES, B. F. *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- OFFERLÉ, M. "Illégitimité et légitimation du personnel politique ouvrier en France avant 1914". *ANNALES*, année 39, n° 4, julho-agosto, 1984.
- PAVIANI, A. *Brasília, a metrópole em crise. Ensaio sobre urbanização*. Coleção Brasília. Brasília: EdUnB, 1989.
- \_\_\_\_\_. (dir.). *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: EdUnB, 1996.
- ROCHA, D. *Le Parti des Travailleurs à l'épreuve du pouvoir. Le PT dans le District Fédéral au Brésil*. Tese de Doutorado, Sociologia, EHESS, Paris, 2007.
- RODRIGUES, L. M. "A composição social das lideranças do PT". In: *Partidos e sindicatos, Escritos de Sociologia Política*. São Paulo: Ática, 1990.



SCHMIDT, B. V. "Brasília como centro político". In: PAVIANI, A. (dir.). *Brasília, ideologia e realidade. Espaço urbano em questão*. Brasília: EdUnB, 1985.

SOUZA, J. de. "Valores e estratificação social no DF". In: NUNES, B. F. *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

\_\_\_\_\_, N. B. de. *Construtores de Brasília*. Petrópolis: Vozes, 1983.

TEIXEIRA, C. *A honra da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

TILLY, C. "Social boundary mechanism". *PHILOSOPHY OF SOCIAL SCIENCES*, n° 2, vol. 34, 2004.

WEBER, M. *Le savant et le politique*. Paris: Plon, 1959.

- <sup>i</sup> Socióloga, *Attachée Temporaire d'enseignement et de recherche*, Universidade de Evry, Pesquisadora associada (pós-doutoranda) CEMS-EHESS, Paris.
- <sup>ii</sup> No atual contexto da globalização, o termo “região” supõe certas ambivalências. Essa noção polissêmica será utilizada aqui em uma perspectiva “localizada”, para designar o Distrito Federal que, por sua singularidade em relação às demais unidades federativas brasileiras, não dispõe do estatuto de “estado”.
- <sup>iii</sup> Podemos assim citar o estudo antropológico da vida política das Regiões Administrativas do DF de Borges (2006), bem como a tese de Doutorado de Coelho (2006), que se interessa pelo movimento de resistência dos moradores da Vida Planalto.
- <sup>iv</sup> Isto é, de suas “bases” (Bezerra, 2004).
- <sup>v</sup> O maior eixo rodoviário da cidade, situado na parte central da capital (sentido leste-oeste), ao longo do qual se encontram os principais edifícios públicos.
- <sup>vi</sup> A Câmara Legislativa do Distrito Federal foi inaugurada em 1990, trinta anos após a fundação de Brasília. A questão será retomada adiante.
- <sup>vii</sup> Este artigo baseia-se em uma pesquisa empírica (quantitativa e qualitativa) realizada em 2000 junto a eleitores baseados em diferentes regiões administrativas do DF, assim como em um estudo biográfico de uma fração das elites políticas da região. Parte dos resultados dessa pesquisa estão apresentados em Rocha (2007).
- <sup>viii</sup> Precisamos que nosso objetivo não é o de retratar uma história factual e demasiadamente descritiva, mas de propor uma reflexão sócio-histórica sobre o encadeamento de processos que levaram à especialização desse espaço político.
- <sup>ix</sup> O que, paralelamente à introdução de novos atores políticos, permitiu sobretudo o retorno, ou bem a reconversão, de diferentes forças e atores políticos locais, marginalizados durante a ditadura.
- <sup>x</sup> O setor terciário correspondia a 92% das pessoas em atividade no DF, em 1999 (Brasil, 1999). Os funcionários públicos representavam, por sua vez, perto de 20% da população economicamente ativa do DF; em 1997, a proporção era de 17% (CODEPLAN, 1997).
- <sup>xi</sup> Nessa extremidade Leste se encontra a “Praça dos Três Poderes”, um conjunto arquitetônico em forma de triângulo equilátero, que abriga em cada um de seus ângulos os três principais edifícios-símbolos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais (o *Palácio do Planalto*, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal).
- <sup>xii</sup> Originalmente o termo *candango* era atribuído para designar os operários e outros imigrantes instalados no DF no final dos anos 50 para participarem da construção da capital. A designação, desde então rotinizada, é atualmente utilizada em um sentido amplo para designar a população do Distrito Federal de maneira geral. É nesse sentido que a utilizaremos aqui.
- <sup>xiii</sup> Planaltina, Brazlândia, Núcleo Bandeirantes, Taguatinga, Gama, Paranoá, Sobradinho e Cruzeiro.
- <sup>xiv</sup> Aproximadamente 58% do total de migrantes que chegaram em Brasília no ano 2000, segundo informações indicadas por Schmidt (2000).
- <sup>xv</sup> A expressão “cidade satélite”, embora usual, não designa um estatuto formal comparável àquele evocado pelo termo “município”, por exemplo. A divisão do DF em “Regiões Administrativas” (RAs) corresponde apenas de forma aproximada às diferentes aglomerações urbanas existentes na região e que são correntemente denominadas como cidades satélites. Certas localidades, como os Lagos Sul e Norte, que não são consideradas cidades satélites, dispõem, no entanto, do estatuto de RA. Em contrapartida, certas cidades satélites periféricas, sobretudo as mais desfavorecidas, permaneceram muitos anos destituídas do estatuto oficial de Região Administrativa (o Varjão, por exemplo). Após as últimas atualizações da divisão administrativa do DF (2004 e 2005), a maior parte dessas cidades foi reconhecida oficialmente como RA.
- <sup>xvi</sup> Desde 2003, reconhecido como uma Região Administrativa específica.
- <sup>xvii</sup> Por exemplo, Taguatinga, Guará e Núcleo Bandeirantes.
- <sup>xviii</sup> Como é o caso de Santa Maria e Samambaia. Sobre a hierarquização social e espacial do território brasiliense e a formação de um cinturão de pobreza em suas zonas limítrofes (Paviani, 1996).
- <sup>xix</sup> No chamado “Entorno”, que designa certas localidades “limite”, situadas às voltas do DF e que pertencem formalmente ao estado de Goiás.
- <sup>xx</sup> Entendido como um processo de expansão e de complexificação de um espaço urbano.
- <sup>xxi</sup> Além da multiplicação das ocupações irregulares de terras sob forma de “favelas”, a precarização da região se observa igualmente pela tendência de queda do nível de renda da população nas últimas décadas. Em 1997, a renda mensal média do brasiliense situava-se em torno de 3,61 salários mínimos (SM), em 2004, essa média passou a 2,40 SM, (CODEPLAN, 2004).
- <sup>xxii</sup> A questão foi analisada em diversos trabalhos de Aldo Paviani (1989; 1996).
- <sup>xxiii</sup> 36,62%, segundo as estatísticas relativas a 1997 (CODEPLAN, 1997). No que concerne à média nacional, as estatísticas recentes indicam que a porcentagem da população ativa empregada na administração pública se situa em 4,9% (IBGE, 2004).
- <sup>xxiv</sup> No ano 2000, o setor terciário englobava 58,1% da população ocupada do país (IBGE, 2000). No Distrito Federal, esse setor corresponde a 92,01% das pessoas ocupadas em 1999 (Brasil, 1999).
- <sup>xxv</sup> As pessoas originárias dos diferentes estados da região Nordeste representam, juntas, aproximadamente 30% da população total do DF. As originárias dos estados limítrofes de Goiás e de Minas Gerais são igualmente fortemente representadas na região (em torno de 7% e 10% respectivamente) e, diferentemente da população nordestina concentrada nas cidades satélites, estão representadas de forma mais equilibrada nas diferentes RAs (CODEPLAN, 1997).
- <sup>xxvi</sup> As fronteiras sociais são entendidas aqui como formas objetivadas de diferenças sociais, que supõem o acesso a distribuição desigual de recursos sociais (materiais e simbólicos) aos indivíduos. O recurso à idéia de fronteira coloca em relevo o caráter não estático do mundo social, pois as fronteiras, como “zonas de contato” e “lugares de passagem”, estão submetidas a incessantes reconfigurações e são objeto de lutas e conflitos. Para uma visão mais detalhada da noção de fronteira social, ver, por exemplo: Lamont, 2002; Tilly, 2004.

<sup>xxvii</sup> Tomando por referência o mês de janeiro de 2000, a taxa de desemprego era de 20,8% (DIEESE, 2000).

<sup>xxviii</sup> Souza (1997) colocou em relevo certas características identitárias particularmente pronunciadas na população do DF e que, segundo o autor, fariam exceção em relação ao modelo cultural predominante no país. Entre essas características “tipicamente” brasilienses, observa-se: o individualismo exacerbado, um nível pouco elevado de preconceitos morais assim como um grau elevado de tolerância em relação às diferenças culturais. A pesquisa de Nunes (2004), circunscrita ao Plano Piloto, identificou, por sua vez, a forte valorização do trabalho, a existência de uma cultura do trabalho particularmente marcada por relações de competição e a ausência de uma cultura de vizinhança como características distintivas da população local.

<sup>xxix</sup> Por problematização entendemos, de acordo com Castel (1995, p. 17): “a existência de feixe de questões [...] que emergiram em um momento dado [...] que foram várias vezes reformuladas por meio de crises e integrando novos dados [...] e que estão vivas ainda hoje” (tradução nossa).

<sup>xxx</sup> De acordo com a definição weberiana do profissional da política (Weber, 1959).

<sup>xxxi</sup> O sentido do termo politização utilizado aqui apóia-se na definição sociológica proposta por Lagroye (2003, s/p): “formas e vias de uma conversão, aquela relativa a todo tipo práticas em atividades políticas. É essa conversão que se designa [...] *politização*. [...] a politização pode designar [igualmente] a infinita diversidade de efeitos dessa conversão sobre atores e atividades aparentemente distanciados do jogo político, estrangeiros a suas regras e seus *enjeux*”.

<sup>xxxii</sup> Destacando-se particularmente as mobilizações organizadas pelos habitantes da Ceilândia, onde foram forjadas as carreiras militantes e/ou políticas de atores como Eurípedes Camargo (PT), Lúcia Carvalho (PT) e Maria de Lourdes Abadia (PSDB).

<sup>xxxiii</sup> Segundo o sentido atribuído por Elias (1991a, 1991b), para quem um processo se constrói por meio de um encadeamento de mecanismos e condutas não programadas e não controláveis, que desenvolvem uma complexificação de relações sociais, onde a ação de cada indivíduo contribui parcialmente (e independentemente de sua vontade) para sua realização.

<sup>xxxiv</sup> Márcia Kubitscheck, falecida em 2000, ocupou dois postos eletivos, primeiramente como deputada federal (1986-1989) e em seguida como vice-governadora do Distrito Federal, durante o segundo mandato de J. Roriz (1991-1994). Seguindo a pista do patrimônio político dos Kubitscheck, sua continuidade (relativa) pode ser constatada por meio do personagem político de Paulo Octávio Pereira, empresário reconvertido em político (PFL), que se casou nos anos 1990 com Anna Christina Kubitscheck, neta do antigo Presidente.

<sup>xxxv</sup> *Hábitus* que, segundo a definição de Bourdieu (1972, p. 178), é entendido como um “sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando experiências passadas, funciona como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações”.

<sup>xxxvi</sup> O que difere significativamente da experiência do PT em outros estados, onde em geral o novo partido contou com a participação importante (do ponto de vista estratégico e da legitimação social do projeto partidário) de políticos saídos do setor progressista do MDB, assim como de antigos políticos recém-retornados do exílio.

<sup>xxxvii</sup> Mesmo que em vários estados o PT não tenha se limitado à participação de atores políticos propriamente “novos”, contando por exemplo com a presença de membros do MDB, como destaca Martins Rodrigues (1990), sabe-se que, ao menos até meados dos anos 90, de maneira geral os petistas estavam menos “ancorados” nos espaços de poder do que os atores representados pelos partidos “tradicionais”.

<sup>xxxviii</sup> Em 1982, o PT não elegeu nenhum governador e nenhum senador. Oito deputados federais e doze deputados estaduais *petistas* foram eleitos naquele ano – 3,1% do total dos votos expressos no país (Gadotti; Pereira, 1989). Apesar da presença de várias siglas eleitorais (desde então legalizadas, com a instauração do pluripartidarismo), os resultados eleitorais de 1982 tenderam a reproduzir o esquema bipartidário na maior parte dos estados brasileiros – o PDS e o PMDB dominaram a competição em praticamente todos os estados (Fleischer, 1988).

<sup>xxxix</sup> A instrumentalização da imagem de uma “terceira via”, tal qual ela é evocada por Tony Blair e legitimada intelectualmente no pensamento contemporâneo de A. Giddens, é hoje recorrente na cena política brasileira. No plano nacional, Fernando Henrique Cardoso constitui o melhor exemplo da apropriação do emblema “terceira via” como estratégia. No caso do DF e de Arruda, essa associação com o modelo da “terceira via” à la Tony Blair é, no entanto, menos automática, repousando menos em aspectos programáticos e identitários que sobre uma posição intermediária num espaço de posições até então dominado por Roriz, em um extremo, e petistas, em outro.

<sup>xl</sup> Em um contexto eleitoral complexo, no qual Joaquim Roriz estabeleceu uma estratégia de apoio difusa aos candidatos a sua sucessão.

<sup>xli</sup> A definição deriva, portanto, do conceito de campo político de Pierre Bourdieu. A preferência, entretanto, por uma análise em termos da noção mais ampla de “espaço” em detrimento daquela de “campo” se justifica, sobretudo, pela fragilidade da autonomia adquirida pelo espaço político brasiliense. Para a definição bourdieusiana de espaço social, cf. Bourdieu (1984). Para a definição de campo político, cf. Bourdieu (1981).